

ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Constituição do júri:

Presidente: Artur Alberto de Lacerda Bataca, Enfermeiro.

1.º Vogal efetivo: Maria Irene Catarina Soares Pires, Enfermeira.

2.º Vogal efetivo: Pedro Manuel Soares Vieira, Enfermeiro.

1.º Vogal suplente: Dulce Helena Ramos Silva, Enfermeira.

2.º Vogal suplente: Rui Alexandre Vieira Campos, Enfermeiro.

17 — O presidente do júri é substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

12 de outubro de 2015. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

209015287

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 12120/2015

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de três postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, do Centro de Sangue e da Transplantação de Lisboa, aberto por Aviso n.º 6662/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 16/06/2015, e homologada pelo Presidente do Conselho Diretivo do IPST, IP, em 30 de setembro de 2015.

Lista unitária de ordenação final

Nome	Classificação final	Posição
Carlos Eduardo Fernandes de Araújo	18,3 valores	1.º Classificado
Francisco José Penedo Martins	17,4 valores	2.º Classificado
Ana Sofia da Conceição Cabeças . . .	16,9 valores	3.º Classificado
Ana Cristina Moreira Moutinho.	16,5 valores	4.º Classificado
Carla Maria Pinheiro Nunes Lopes . . .	15,2 valores	5.º Classificado

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informa-se que a presente lista está disponível para consulta na página eletrónica deste Instituto (www.ipst.pt) e afixada nas instalações dos Serviços Centrais, sitas na Av. Miguel Bombarda, n.º 6, 1000-208 Lisboa.

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar. O prazo para interposição de recurso conta-se a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de outubro de 2015. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209014728

Aviso n.º 12121/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de concurso interno de ingresso aberto por Aviso n.º 8802/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 146, de 31 de julho de 2014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores abaixo identificados, para o exercício de funções da carreira especial de enfermagem, categoria de enfermeiro, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única:

Nome	Data de início
Fernanda Daniela Moura da Silva	15 de junho de 2015
Bárbara Isabel Faria Miranda.	22 de junho de 2015

Nome	Data de início
Sandra Cristina Fernandes de Passos e Sousa	29 de junho de 2015
Américo Manuel da Costa Martins de Oliveira	1 de julho de 2015

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental dos trabalhadores terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Odete Leitão da Costa, Enfermeira Chefe do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Cláudia Maria Grazina Marques, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e

2.º Vogal Efetivo — Sandra Carina Dias Marques, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

6 de outubro de 2015. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209014606

Aviso n.º 12122/2015

Torna-se público que a Assistente Operacional Maria Manuela Sárria Guimarães de Vasconcelos Moura de Castro, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Instituto, iniciou funções no Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, em regime de mobilidade, em 01 de outubro de 2015, pelo período de 18 meses, nos termos e para os efeitos do artigo 92.º e seguintes da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

6 de outubro de 2015. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Faxelha*.

209014777

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Despacho n.º 11811/2015

Termo de Período Experimental

Para efeitos do n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º a 51.º da referida Lei, declaro a conclusão com sucesso do período experimental da técnica superior Ana Rute Amaral de Azevedo e Moura Monteiro, tendo obtido a Avaliação Final de 19 (dezanove valores).

30 de setembro de 2015. — O Diretor-Geral do SICAD, *João Castel-Branco Goulão*.

209015092

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11812/2015

Nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro, que cria a Escola Portuguesa de Dili — Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPD-CELP), ao abrigo do acordo de cooperação assinado entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, em 4 de dezembro de 2002, está previsto que por despacho do membro do Governo responsável pelas escolas portuguesas no estrangeiro pode ser conferida à Escola uma denominação que constitua o nome de uma personalidade que se tenha distinguido no âmbito da cultura, ciência ou educação.

A Escola propôs a atribuição do nome de Ruy Cinatti, para figurar como nome identificativo da Escola.